



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DE PREFEITO



Ofício nº 085/GP/07

Em, 09 de outubro de 2007

Senhor Presidente,

Através deste, encaminhamos a Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 1150, de 09 de outubro de 2007, que cria o Regimento da Junta Administrativa de Recursos de Infração de Transito - JARI"

Considerando a natureza da matéria, solicitamos que seja observado o regime de urgência, inclusive, com a convocação de Sessões Extraordinárias.

Na oportunidade, renovamos os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.


BRAZ RESENDE
PREFEITO



EXMO. SR
ANTONIO DE SOUZA PENA FILHO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DE PREFEITO



Mensagem nº 1139

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Honra-nos encaminhar o Projeto de Lei n.º 1150 de 09 de outubro de 2007, que cria o Regimento da Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito - JARI, e dá outras providências, para que seja submetido à elevada apreciação desta Augusta Casa de Leis.

Tendo em vista que foi criado o Departamento Municipal de Trânsito, bem como a Junta Administrativa de recursos de Infrações de Trânsito, é necessário estabelecer o Regimento da Junta Administrativa.

Com este intuito é que sujeitamos a presente matéria, à apreciação dos Senhores Vereadores, aguardando desde já, em regime de urgência, a sua aprovação.

Palácio dos Pioneiros, em 09 de outubro de 2007.


BRAZ RESENDE
PREFEITO



REFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DE PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº. 1150 /2.007

DE, 09 DE OUTUBRO DE 2007.

CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE		
APROVADO		
1ª VOTAÇÃO		
Quorum	08	Favor 08 contra 0
Sessão	Extraordinária	Horas 9:00
Em	14	de 01 de 2008.



CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE		
APROVADO		
2ª VOTAÇÃO		
Quorum	07	Favor 07 contra 0
Sessão	Extraordinária	Horas 9:45
Em	14	de 01 de 2008.

**“CRIA O REGIMENTO DA JUNTA
ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE
INFRAÇÃO DE TRÂNSITO – JARI”**

O Prefeito Municipal de Ouro Preto do Oeste faz saber que, a Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º. A Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito – Jari, criada pelo Decreto Municipal N.º 6.509, de 13 de setembro de 2007, órgão colegiado vinculado ao Departamento Municipal de Trânsito e integrante do Sistema Nacional de Trânsito, tem suas atividades reguladas pelo presente regimento, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito – Contran e registrada junto ao Conselho Estadual de Trânsito, nos termos da lei.

Art. 2º. Compete à Jari:

I – julgar em sede administrativa os recursos interpostos em decorrência de multas por infração de trânsito aplicadas no âmbito da circunscrição municipal;

II – atuar em colaboração e de forma articulada com o órgão executivo de trânsito municipal a fim de dar celeridade a suas decisões;

III - auxiliar o órgão de trânsito municipal nas campanhas de educação de trânsito;

IV – apresentar ao executivo municipal sugestões e estudos que visem ao aperfeiçoamento das condições viárias e à segurança do trânsito local;

V – articular-se solidariamente com órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito na formulação de consultas e encaminhamento de informações, sempre com vistas a melhor atender seus objetivos;



REFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DE PREFEITO



VI – cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito nos limites de suas atribuições.

Art 3º. Integram a Jari os seguintes membros, com respectivos suplentes:

I – um representante do órgão municipal de trânsito, que a presidirá;

II – um representante de entidade representativa da sociedade, escolhida preferencialmente entre aquelas que desenvolvem ações na área de trânsito;

III – um membro com conhecimento na área de trânsito, possuidor de, no mínimo, o ensino médio.

Art 4º. O mandato dos membros da Jari é de dois anos, permitida a recondução.

Art. 5º. Em caso de substituição de membros da Jari em meio a um mandato, o substituto cumprirá o tempo restante.

Art. 6º. Compete aos membros da Jari:

I – Por seu Presidente

a) presidir as reuniões;

b) representar a Jari para todos os efeitos e delegar tarefas a seus membros;

c) distribuir os processos para análise de todos os membros, alternadamente;

d) convocar as reuniões nos termos do presente regimento;

e) solicitar ao Executivo Municipal os recursos necessários para o regular funcionamento da Jari;

f) encaminhar o resultado dos julgamentos ao Órgão Municipal de Trânsito para as devidas providências;

g) assinar as atas das reuniões;

h) examinar, dar parecer, pedir vista e votar os processos de sua alçada;

II – pelos demais integrantes;

a) examinar os processos entregues pelo Presidente, emitindo parecer;

b) exercer o direito de voto sobre os processos em análise ou sobre qualquer assunto em pauta;

c) pedir vista de qualquer processo em julgamento a fim de melhor examiná-lo;

d) representar a Jari em atividades delegada pelo Presidente;

e) contribuir no que for possível para que a Jari exerça melhor suas competências.

Art. 7º. A Jari é secretariada por servidor cedido pela Administração Municipal e subordinado ao Presidente, a quem incumbe:

I – organizar e manter o serviço de protocolo, recebendo e registrando os recursos;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DE PREFEITO



- II – organizar os serviços de arquivo e de expedientes da Jari;
- III – secretariar as reuniões;
- IV – despachar com o Presidente a fim de preparar a pauta da reuniões;
- V – lavrar as atas das reuniões, assinando-as com o Presidente;
- VI – elaborar boletins com o resultado dos julgamentos, fixando-os no átrio da Prefeitura para conhecimento público;
- VII – organizar a folha de pagamento de gratificações aos membros da Jari, quando for o caso;
- VIII – exercer outras tarefas delegadas pelo Presidente.

Art 8º. A Jari se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que um fato relevante assim justifique.

Parágrafo único – O Presidente poderá cancelar reunião ordinária caso não haja processo para exame ou outro assunto que a justifique.

Art. 9º. As sessões serão realizadas em data, local e horários fixados em calendário de conhecimento público.

Art. 10. A Jari somente poderá deliberar com a presença de todos os seus membros.

Art. 11. Os recursos apresentados à Jari serão distribuídos alternadamente a seus membros, como relatores, e julgados na ordem cronológica de sua interposição.

Art. 12. O recurso de infração de trânsito pode ser interposto pelo proprietário do veículo, condutor identificado ou regularmente indicado, pelo transportador ou embarcador, diretamente ou através de procuradores habilitados.

Art. 13. O julgamento será tomado pela maioria, cabendo a cada membro da Jari um voto.

Art. 14. A Jari não conhecerá de recurso interposto fora do prazo legal.

Art. 15. A tramitação dos recursos na Jari levará em conta as normas estabelecidas pelo Contran e Cetran – RS para o processo administrativo.

Art. 16. A Secretaria da Jari manterá seu expediente externo no mesmo horário de atendimento dos órgãos da Prefeitura.

Art. 17. A alteração parcial ou total do presente Regimento somente poderá ocorrer em reunião especialmente convocada para essa finalidade, com a devida exposição de motivos.



LEFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DE PREFEITO



Art. 18. A proposição de alteração no Regimento é competência comum da autoridade de trânsito e dos membros da Jari.

Art. 19. Os casos omissos serão decididos pela maioria dos membros da Jari, no âmbito de sua competência.

Art. 20- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


BRAZ RESENDE
Prefeito



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
GABINETE DO PREFEITO



DECRETO N.º 6509, DE 13 DE SETEMBRO DE 2007.

“CRIA A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO – JARI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica criada a Junta Administrativa de Recursos de Infração de Trânsito – JARI, que funcionará junto ao Departamento Municipal de Trânsito – DMT, com as atribuições e competências que lhe confere a Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, que dispõe sobre o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º. A JARI fará o julgamento dos recursos interpostos com relação a autuações por infrações de trânsito de competência municipal.

Art. 3º. Integrarão a JARI os seguintes membros, com respectivos suplentes:

I. Um representante do órgão municipal de trânsito, que a presidirá;

II. Um representante de entidade representativa da sociedade, escolhida preferencialmente entre aquelas que desenvolvam ações na área de trânsito;

III. Um membro com conhecimento na área de trânsito, possuidor de, no mínimo, o ensino médio.

Art. 4º. A organização e funcionamento da JARI serão regulados através de Regimento aprovado pelo órgão colegiado e homologado pelo Prefeito Municipal.

Art. 5º. O mandato dos membros da JARI será de dois anos, permitida a recondução.

Art. 6º. Em caso de substituição de membros da JARI em meio a um mandato, o substituto cumprirá o tempo restante, observado o artigo anterior.

Art. 7º. A Administração Municipal, através de seu setor competente, prestará apoio administrativo e financeiro para o regular funcionamento da JARI.

Art. 8º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

BRAZ RESENDE
PREFEITO